

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS | 33 |
| CAPÍTULO I – O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO..... | 35 |
| 1. O QUE É MINISTÉRIO PÚBLICO?..... | 35 |
| 1.1. Considerações gerais | 35 |
| 1.2. Fluxogramas | 38 |
| 2. AS ORIGENS REMOTAS E PRÓXIMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO OCIDENTAL | 39 |
| 2.1. Considerações gerais | 39 |
| 2.2. Fluxograma..... | 45 |
| 3. O PORQUÊ DO USO DOS TERMOS “MINISTÉRIO PÚBLICO” E “PARQUET” | 45 |
| 3.1. Considerações gerais | 45 |
| 3.2. Fluxograma..... | 47 |
| 4. UMA BREVE HISTÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO | 47 |
| 4.1. Considerações gerais | 47 |
| 4.2. Fluxogramas | 53 |
| 5. OS MODELOS DEMANDISTA E RESOLUTIVO DE ATUAÇÃO FUNCIONAL.. | 54 |
| 5.1. Considerações gerais | 54 |
| 5.2. Fluxograma..... | 56 |
| 6. O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 | 57 |
| 6.1. O Estatuto Jurídico do Ministério Público brasileiro na Constituição da República de 1988 | 57 |
| 6.1.1. Considerações gerais..... | 57 |
| 6.1.2. Fluxograma | 58 |
| 6.2. O Ministério Público como Integrante do Núcleo Imodificável da Constituição da República de 1988 | 58 |
| 6.2.1. Considerações gerais..... | 58 |
| 6.2.2. Fluxograma | 60 |

| | |
|---|-----------|
| 6.3. Os Princípios Institucionais do Ministério Público brasileiro..... | 60 |
| 6.3.1. Considerações gerais..... | 60 |
| 6.3.2. Fluxograma | 63 |
| 6.4. Os vários Ministérios Públicos Brasileiros | 63 |
| 6.4.1. Considerações gerais. O problema da unidade e da indivisibilidade entre Ministérios Públicos diversos | 63 |
| 6.4.2. Fluxograma | 64 |
| 7. ALGUNS APONTAMENTOS À LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI N. 8.625/93 – LONMP) | 65 |
| 8. QUESTÕES DE CONCURSOS | 68 |
| 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 69 |
| CAPÍTULO II – O INQUÉRITO CIVIL..... | 73 |
| 1. O INQUÉRITO CIVIL: ORIGEM HISTÓRICA E RAZÃO DE SER..... | 73 |
| 1.1. Considerações gerais | 73 |
| 1.2. Fluxogramas | 75 |
| 2. DAS NORMAS PERTINENTES AO INQUÉRITO CIVIL..... | 76 |
| 2.1. Considerações gerais | 76 |
| 2.2. Fluxograma..... | 78 |
| 3. O CONCEITO DE INQUÉRITO CIVIL..... | 78 |
| 4. A NATUREZA JURÍDICA DO INQUÉRITO CIVIL..... | 78 |
| 5. A NOMENCLATURA CORRETA..... | 79 |
| 6. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO CIVIL | 80 |
| 6.1. Considerações gerais | 80 |
| 6.2. Fluxograma..... | 84 |
| 7. O OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL | 84 |
| 7.1. Considerações gerais | 84 |
| 7.2. Fluxograma..... | 86 |
| 8. DA INSTAURAÇÃO E CONDUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL | 86 |
| 8.1. Considerações gerais | 86 |
| 8.2. Modelo de Portaria de instauração de inquérito civil..... | 90 |
| 8.3. Modelo de Termo de Compromisso de Secretário em inquérito civil..... | 91 |
| 8.4. Modelo de decisão administrativa de indeferimento de instauração de inquérito civil..... | 91 |
| 9. DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 92 |

| | |
|--|-----|
| 10. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E A TRANSAÇÃO ... | 94 |
| 10.1. Considerações gerais | 94 |
| 10.2. Fluxograma | 99 |
| 11. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E AS SÚMULAS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS | 99 |
| 12. A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL | 101 |
| 12.1. Considerações gerais | 101 |
| 12.2. Fluxograma | 102 |
| 13. ALGUNS ASPECTOS ACERCA DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL..... | 102 |
| 13.1. Considerações gerais | 102 |
| 13.2. Fluxogramas | 104 |
| 13.3. Modelo de Promoção de Arquivamento..... | 105 |
| 14. A REABERTURA DO INQUÉRITO CIVIL..... | 107 |
| 14.1. Considerações gerais | 107 |
| 14.2. Fluxograma | 108 |
| 15. QUESTÕES DE CONCURSOS | 108 |
| 16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 110 |

CAPÍTULO III - A ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA..... 113

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 113 |
| 1.1. Considerações gerais | 113 |
| 1.2. Fluxograma | 116 |
| 2. DO AGIR CIVIL: A ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA | 117 |
| 2.1. Noções Gerais. Tipologia (atuação como órgão agente e como órgão interveniente). Poderes Instrutórios. Produção de provas. Perícias. Prazos para manifestação. Intimações. Negócios jurídicos processuais. Forma de atuação em outros graus de jurisdição. Natureza jurídica da atuação | 117 |
| 2.2. Fluxogramas | 126 |
| 3. DO AGIR CIVIL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS | 127 |
| 3.1. Conceito, tipologia e atribuições das Promotorias de Justiça. Conceito de Comarca e de Vara Judicial..... | 127 |
| 3.1.1. Conflitos de atribuições entre Promotorias de Justiça | 130 |
| 3.1.2. Fluxogramas..... | 133 |

| | |
|--|-----|
| 4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO AGENTE..... | 135 |
| 4.1. Considerações gerais. Legitimação do Ministério Público (ordinária, extraordinária ou autônoma). Tipologia da atuação. Princípios da atuação. Desistência da ação por parte do Ministério Público. Obrigação de assumir ações coletivas ou ações populares em que haja abandono ou desistência injustificada..... | 135 |
| 4.1.1. Fluxogramas..... | 140 |
| 4.2. Ações coletivas..... | 140 |
| 4.2.1. Breve delineamento doutrinário do conceito de ação coletiva | 140 |
| 4.2.2. Fluxogramas..... | 144 |
| 5. DA ATUAÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NA DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS | 144 |
| 5.1. Da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público | 144 |
| 5.1.1. Considerações gerais sobre a defesa do Patrimônio Público, seu conceito e sua dimensão constitucional. A proteção ao patrimônio público e à moralidade administrativa como direito fundamental do cidadão brasileiro..... | 144 |
| 5.1.2. As principais alterações promovidas na Lei n. 8.429/92 pela Lei n. 14.230/21. Aspectos processuais da LIA..... | 146 |
| 5.1.3. A aplicação da Lei n. 14.230/21 no tempo | 161 |
| 5.1.4. Da ação coletiva prevista no art. 17 da Lei n. 8.429/92. Diferenças com a ação coletiva da Lei n. 7.347/85 (“ação civil pública”) | 163 |
| 5.1.4.1. Fluxograma..... | 164 |
| 5.1.5. Da legitimidade do Ministério Público para a proteção do patrimônio público brasileiro. Da aplicação analógica das normas do microsistema de defesa coletiva apenas <i>pro societatis</i> . Da posição atual do STF quanto à prescritibilidade da ação de reparação de danos ao erário | 165 |
| 5.1.6. As ações coletivas e a declaração incidental de inconstitucionalidade... .. | 170 |
| 5.1.6.1. Fluxograma..... | 171 |
| 5.1.7. Observações finais. Da proteção extrajudicial do patrimônio público por parte do Ministério Público. Dos Acordos de Não Persecução Cível. Das recomendações..... | 171 |
| 5.1.7.1. Fluxogramas | 175 |
| 5.1.8. Modelos | 176 |
| 5.1.8.1. Modelo de ação de improbidade administrativa por desobediência a ordem judicial | 176 |
| 5.1.8.2. Modelo de ação de reparação de danos | 178 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.1.8.3. | Modelo de denúncia criminal contra ex-prefeito, por infração à Lei de licitações..... | 183 |
| 5.1.8.4. | Modelo de quebra de sigilo fiscal e bancário | 185 |
| 5.1.8.5. | Modelo de petição inicial de quebra de sigilo telefônico ... | 188 |
| 5.1.8.6. | Modelo de Recomendação em matéria de patrimônio público..... | 192 |
| 5.1.8.7. | Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas para a regularização da contratação temporária municipal..... | 193 |
| 5.1.8.8. | Modelo de Acordo de Não Persecução Civil..... | 196 |
| 5.2. | Da Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial | 200 |
| 5.2.1. | Considerações gerais. Controle externo e controle interno. Previsões constitucionais e legais. Objeto do Controle. Controle difuso e concentrado. Finalidades. Competências estadual e federal. Diferença com o Promotor de Justiça oficiante perante a Justiça Militar | 200 |
| 5.2.2. | Fluxogramas..... | 203 |
| 5.2.3. | Modelos | 204 |
| 5.2.3.1. | Modelo de Ação de improbidade contra policial civil..... | 204 |
| 5.2.3.2. | Modelo de denúncia criminal pela prática de delito de tortura | 209 |
| 5.3. | A Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde..... | 211 |
| 5.3.1. | Âmbito de atuação | 211 |
| 5.3.2. | Fluxogramas..... | 215 |
| 5.3.3. | Modelos | 217 |
| 5.3.3.1. | Modelo de ação de obrigação de fazer contra Município .. | 217 |
| 5.3.3.2. | Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas firmado com hospital..... | 221 |
| 5.3.3.3. | Modelo de Recomendação Administrativa, em Matéria de Saúde, ao Município..... | 222 |
| 5.4. | Da Promotoria especializada na tutela das fundações..... | 223 |
| 5.4.1. | Considerações gerais..... | 223 |
| 5.4.2. | Fluxograma | 225 |
| 5.4.3. | Modelos | 225 |
| 5.4.3.1. | Modelo de ação para a extinção de fundação | 225 |
| 5.4.3.2. | Modelo de ação para a extinção de associação..... | 228 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 5.4.3.3. | Modelo de parecer para aprovação de alteração de estatuto de Fundação Privada | 230 |
| 5.4.3.4. | Modelo de parecer pela não aprovação de estatuto de Fundação Privada | 231 |
| 5.5. | Da Promotoria Especializada na Defesa do Consumidor | 232 |
| 5.5.1. | Considerações gerais. Os três campos de defesa do consumidor: administrativo, civil e penal. Os campos de atuação do Ministério Público para a defesa do consumidor | 232 |
| 5.5.1.1. | Fluxogramas | 232 |
| 5.5.2. | A defesa administrativa do consumidor por parte do Ministério Público. O processo administrativo presidido por Promotor de Justiça. Diferença com o inquérito civil | 233 |
| 5.5.2.1. | Fluxograma..... | 234 |
| 5.5.3. | A defesa civil do consumidor em Juízo. A legitimidade ativa <i>ad causam</i> do Ministério Público para a defesa de consumidores em Juízo. A questão dos interesses individuais homogêneos. Os megaconflitos e a necessidade de utilização do processo coletivo para solvê-los | 234 |
| 5.5.3.1. | Fluxogramas | 238 |
| 5.5.4. | A defesa penal do consumidor | 239 |
| 5.5.4.1. | Fluxograma..... | 241 |
| 5.5.5. | Modelos | 242 |
| 5.5.5.1. | Modelo de ação coletiva com pedido de obrigação de fazer e não fazer e de condenação por dano moral coletivo | 242 |
| 5.5.5.2. | Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas..... | 245 |
| 5.5.5.3. | Modelo de denúncia criminal em crime contra as relações de consumo | 246 |
| 5.5.5.4. | Modelo de decisão administrativa do Procon Estadual/ Ministério Público | 248 |
| 5.6. | Da Promotoria Especializada na Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e do Urbanismo | 250 |
| 5.6.1. | A defesa do Meio ambiente: considerações gerais. Principais normas aplicáveis. Previsão constitucional. Conceito de Meio Ambiente, de degradação ambiental, de poluição e de poluidor. Principais princípios ambientais | 250 |
| 5.6.1.1. | Fluxograma..... | 252 |
| 5.6.2. | O papel do Promotor de Justiça na proteção do meio ambiente | 253 |
| 5.6.2.1. | Fluxograma..... | 254 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 5.6.3. | A defesa penal e a defesa civil do meio ambiente pelo Ministério Público. Dos instrumentos jurídicos de reparação do dano. Da conveniência da utilização, em substituição ao compromisso de ajustamento de condutas, da prévia composição do dano ambiental, pressuposto de proposta de transação penal em crimes contra o meio ambiente | 254 |
| 5.6.3.1. | Fluxograma..... | 256 |
| 5.6.4. | A transação penal em delitos ambientais: da necessidade de imposição em delitos “difusos” de penalidades que tenham caráter eminentemente coletivo e educativo..... | 257 |
| 5.6.4.1. | Fluxograma..... | 259 |
| 5.6.5. | Das promotorias especializadas na defesa do urbanismo e do patrimônio histórico | 259 |
| 5.6.5.1. | Fluxogramas | 261 |
| 5.6.6. | Modelos | 261 |
| 5.6.6.1. | Modelo de ação de improbidade administrativa ambiental | 261 |
| 5.6.6.2. | Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas..... | 265 |
| 5.6.6.3. | Modelo de denúncia em crime ambiental..... | 268 |
| 5.7. | Da Promotoria Especializada na Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos..... | 269 |
| 5.7.1. | Considerações gerais..... | 269 |
| 5.7.2. | Fluxograma | 271 |
| 5.7.3. | Modelos | 271 |
| 5.7.3.1. | Modelo de medida de proteção em favor da pessoa idosa ... | 271 |
| 5.7.3.2. | Modelo de compromisso de ajustamento de condutas para assegurar acessibilidade | 274 |
| 5.8. | Da Promotoria Especializada na Defesa da Ordem Econômica e Tributária .. | 276 |
| 5.8.1. | Considerações gerais..... | 276 |
| 5.8.2. | Fluxograma | 278 |
| 5.8.3. | Modelos | 278 |
| 5.8.3.1. | Modelo de ação civil pública em face de cartel..... | 278 |
| 5.8.3.2. | Modelo de denúncia em crime contra a ordem tributária ... | 285 |
| 5.9. | Da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários | 286 |
| 5.9.1. | Considerações Gerais..... | 286 |
| 5.9.2. | Fluxogramas..... | 288 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.9.3. | Modelos | 288 |
| 5.9.3.1. | Modelo de recomendação (revista íntima em cadeia pública) | 288 |
| 6. | ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO INTERVENIENTE.. | 291 |
| 6.1. | Considerações gerais. Tipologia da atuação. Natureza jurídica da atuação. Poderes processuais e seus limites. Ausência de intimação para a intervenção: nulidade processual. As hipóteses de intervenção previstas no art. 178 do CPC e suas particularidades. A cessação posterior da hipótese de intervenção. Vinculação ou desvinculação da atuação pela presença de incapaz. O desacordo do magistrado com a não intervenção. O <i>error in procedendo</i> da manifestação do Ministério Público antes da apreciação de pedidos liminares. Algumas inovações do CPC/2015 em matéria de intervenção ministerial. Outras hipóteses de intervenção | 291 |
| 6.1.1. | Fluxogramas..... | 304 |
| 6.2. | A racionalização da atuação do Ministério Público..... | 308 |
| 6.2.1. | Fluxogramas..... | 311 |
| 6.3. | Modelos..... | 312 |
| 6.3.1. | Modelo de parecer pela não homologação de acordo em ação de alimentos..... | 312 |
| 6.3.2. | Modelo de parecer em ação de alimentos (revelia) | 313 |
| 6.3.3. | Modelo de Parecer em ação anulatória de casamento..... | 314 |
| 6.3.4. | Modelo de parecer em ação de divórcio..... | 315 |
| 6.3.5. | Modelo de parecer em interdição..... | 316 |
| 6.3.6. | Modelo de parecer em usucapião extraordinário | 317 |
| 6.3.7. | Modelo de parecer em mandado de segurança em caso de sanção política | 319 |
| 6.3.8. | Modelo de parecer em ação de investigação de paternidade..... | 321 |
| 6.3.9. | Modelo de parecer em ação de modificação de guarda | 322 |
| 6.3.10. | Modelo de parecer em pedido de alteração de prenome | 323 |
| 6.3.11. | Modelo de parecer em pedido de inventário negativo | 324 |
| 6.3.12. | Modelo de parecer em pedido de alvará para a venda de veículo | 325 |
| 6.3.13. | Modelo de parecer final em ação de reconhecimento de paternidade <i>post mortem</i> | 326 |
| 6.3.14. | Modelo de requerimento de prisão civil de devedor de alimentos..... | 329 |
| 6.3.15. | Modelo de parecer final em pedido de alteração de regime de bens... | 330 |
| 6.3.16. | Modelo de parecer final em ação de responsabilidade civil movida por incapaz..... | 333 |

| | |
|------------------------------------|-----|
| 7. QUESTÕES DE CONCURSOS | 339 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 341 |

CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA..... 347

| | |
|---|-----|
| 1. FASE PRÉ-PROCESSUAL | 347 |
| 1.1. Inquérito Policial e termo circunstanciado | 347 |
| 1.1.1. Prisão em flagrante | 348 |
| 1.1.2. Prisão temporária..... | 349 |
| 1.1.3. Medidas Protetivas..... | 350 |
| 1.1.4. Busca e apreensão, interceptação telefônica e quebra de sigilo de dados..... | 353 |
| 1.1.5. Cadeia de Custódia | 353 |
| 1.1.6. Prorrogação de Prazo..... | 355 |
| 1.1.7. Requisição de novas diligências | 356 |
| 1.1.8. Arquivamento | 356 |
| 1.1.9. Declínio de Atribuição..... | 362 |
| 1.1.10. Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) – CPP, art. 28-A | 362 |
| 1.1.11. Resumo das principais hipóteses de manifestação e pontos de atenção do promotor de justiça na fase pré-processual | 371 |
| 1.2. Investigação a cargo do Ministério Público..... | 371 |
| 1.2.1. Fundamento legal..... | 371 |
| 1.2.2. Posição jurisprudencial | 372 |
| 1.2.3. Hipóteses | 373 |
| 1.2.4. Regulamentação – A Resolução 181 do CNMP..... | 373 |
| 1.2.5. Passo a passo da instauração de procedimento de investigação pelo promotor de justiça | 379 |
| 1.3. Juiz das garantias | 386 |
| 2. FASE PROCESSUAL..... | 390 |
| 2.1. Denúncia..... | 391 |
| 2.1.1. Conceito e natureza jurídica..... | 391 |
| 2.1.2. Objetivo | 391 |
| 2.1.3. Terminologia..... | 391 |
| 2.1.4. Estrutura e requisitos..... | 392 |
| 2.1.5. Passo a passo para a confecção da denúncia..... | 396 |
| 2.1.6. Outros requisitos | 396 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 2.1.7. | Cota introdutória..... | 397 |
| 2.1.8. | Maneira de juntada aos autos | 398 |
| 2.1.9. | Prazo para oferecimento..... | 399 |
| 2.1.10. | Espécies de imputação | 400 |
| 2.1.10.1. | Denúncia genérica | 400 |
| 2.1.10.2. | Denúncia alternativa | 402 |
| 2.1.10.3. | Denúncia implícita | 403 |
| 2.1.10.4. | Denúncia com imputações cumulativas..... | 404 |
| 2.1.11. | Aditamento à denúncia | 405 |
| 2.1.11.1. | Momento oportuno | 405 |
| 2.1.11.2. | Espécies de aditamento | 405 |
| 2.1.11.3. | Efeitos – interrupção da prescrição? | 406 |
| 2.1.11.4. | Procedimento | 407 |
| 2.1.11.5. | Passo a passo do aditamento próprio..... | 408 |
| 2.1.12. | Rejeição da denúncia | 408 |
| 2.1.12.1. | Inépcia..... | 408 |
| 2.1.12.2. | Falta de pressuposto processual..... | 408 |
| 2.1.12.3. | Falta de condição da ação | 409 |
| 2.1.12.4. | Falta de justa causa | 410 |
| 2.1.13. | Denúncias mais comuns no dia a dia do promotor de justiça | 410 |
| 2.1.13.1. | Denúncia em crime culposo | 410 |
| 2.1.13.2. | Denúncia em crime tentado..... | 411 |
| 2.1.13.3. | Denúncia em concurso de crimes | 412 |
| 2.1.13.4. | Denúncia em concurso de agentes | 413 |
| 2.1.13.5. | Denúncia em crime de homicídio | 414 |
| 2.1.13.6. | Denúncia em crime de lesão corporal | 414 |
| 2.1.13.7. | Denúncia em crime de furto | 415 |
| 2.1.13.8. | Denúncia em crime de roubo | 415 |
| 2.1.13.9. | Denúncia em crime de estelionato | 416 |
| 2.1.13.10. | Denúncia em crime de estupro..... | 418 |
| 2.1.13.11. | Denúncia em crime de desacato..... | 420 |
| 2.1.13.12. | Denúncia em crime de tráfico de drogas..... | 420 |
| 2.1.13.13. | Denúncia em crime de embriaguez ao volante..... | 421 |
| 2.1.13.14. | Denúncia em crime de posse ou porte de arma de fogo | 421 |
| 2.1.13.15. | Denúncia em crime de corrupção de menor de 18 anos.... | 422 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 2.1.14. | Recebimento da denúncia | 422 |
| 2.1.14.1. | Hipóteses..... | 423 |
| 2.1.14.2. | Momento adequado | 423 |
| 2.1.14.3. | Necessidade de fundamentação..... | 423 |
| 2.1.14.4. | Efeitos do recebimento..... | 424 |
| 2.1.14.5. | Recurso | 424 |
| 2.2. | Citação..... | 435 |
| 2.2.1. | Passo a passo para localização do réu..... | 438 |
| 2.2.2. | Fluxograma de citação por edital | 438 |
| 2.3. | Resposta escrita à acusação | 438 |
| 2.4. | Absolvição sumária..... | 439 |
| 2.4.1. | Fluxograma da absolvição sumária..... | 443 |
| 2.5. | Audiência de instrução, debates e julgamento | 443 |
| 2.6. | Procedimento sumário | 465 |
| 2.6.1. | Fluxogramas comparativos: procedimentos ordinário e sumário | 466 |
| 2.7. | Procedimento sumaríssimo | 468 |
| 2.7.1. | Considerações gerais..... | 468 |
| 2.7.2. | Fases | 471 |
| 2.7.2.1. | Fase preliminar..... | 471 |
| 2.7.2.2. | Fase judicial | 475 |
| 2.7.3. | Fluxograma do procedimento sumaríssimo..... | 478 |
| 2.8. | Suspensão condicional do processo | 480 |
| 2.8.1. | Introdução..... | 480 |
| 2.8.2. | Requisitos | 481 |
| 2.8.3. | Crimes ambientais..... | 482 |
| 2.8.4. | Momento de implantação do benefício..... | 483 |
| 2.8.5. | Condições..... | 484 |
| 2.8.6. | Hipóteses de revogação | 484 |
| 2.8.7. | Decurso do período de prova | 485 |
| 2.8.8. | Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva | 485 |
| 2.9. | Procedimento dos crimes dolosos contra a vida | 486 |
| 2.9.1. | Sumário da culpa..... | 487 |
| 2.9.2. | Juízo da causa..... | 489 |
| 2.9.2.1. | Preparação dos trabalhos..... | 490 |
| 2.9.2.2. | Sessão de julgamento | 490 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 2.9.2.2.1. | Instalação da sessão | 490 |
| 2.9.2.2.2. | Formação do Conselho de Sentença | 491 |
| 2.9.2.2.3. | Instrução | 492 |
| 2.9.2.2.4. | Debates | 493 |
| 2.9.2.2.5. | Julgamento | 494 |
| 2.9.2.2.6. | Roteiro: juízo da causa | 494 |
| 2.9.3. | Desaforamento..... | 495 |
| 2.9.4. | Dicas práticas | 496 |
| 2.9.4.1. | Estudo detalhado dos autos..... | 496 |
| 2.9.4.2. | Explicação dos quesitos | 497 |
| 2.9.4.3. | Explicação das consequências do veredicto | 497 |
| 2.9.4.4. | Identificar e combater as falácias..... | 497 |
| 2.9.4.5. | Ir à réplica, em regra..... | 498 |
| 2.9.4.6. | Acusar sem humilhar | 498 |
| 2.9.4.7. | Traçar o perfil da vítima e do réu | 499 |
| 2.9.4.8. | Explorar as contradições do réu | 499 |
| 2.10. | Recursos | 499 |
| 2.10.1. | Teoria Geral dos Recursos..... | 499 |
| 2.10.2. | Princípios aplicáveis..... | 500 |
| 2.10.3. | Pressupostos recursais | 505 |
| 2.10.3.1. | Pressupostos recursais subjetivos | 505 |
| 2.10.3.2. | Pressupostos recursais objetivos..... | 506 |
| 2.10.4. | Efeitos recursais | 510 |
| 2.10.5. | Recursos em espécie..... | 511 |
| 2.10.5.1. | Recurso em sentido estrito | 512 |
| 2.10.5.1.1. | Hipóteses de cabimento | 513 |
| 2.10.5.1.2. | Efeitos | 514 |
| 2.10.5.1.3. | Processamento..... | 514 |
| 2.10.5.2. | Apelação | 514 |
| 2.10.5.2.1. | Hipótese de cabimento..... | 515 |
| 2.10.5.2.2. | Efeito..... | 515 |
| 2.10.5.2.3. | Processamento..... | 517 |
| 2.10.5.3. | Embargos de declaração | 518 |
| 2.10.5.3.1. | Hipótese de cabimento..... | 518 |
| 2.10.5.3.2. | Efeito..... | 518 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 1.1. | Considerações iniciais. O processo eletrônico e a Carta de Aracaju (Recomendação Geral nº 02/18 do Conselho Nacional do Ministério Público) | 563 |
| 1.2. | O advento da Lei nº 13.964/19 e os reflexos na execução penal..... | 564 |
| 1.3. | O papel do Ministério Público na Execução Penal | 565 |
| 1.3.1. | Prazos para as manifestações ministeriais | 568 |
| 1.4. | Siglas consagradas..... | 572 |
| 2. | NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL | 572 |
| 2.1. | O caráter jurisdicional e a atuação conjunta dos poderes Judiciário e Executivo. A parcela de poder exercida pelos diretores das unidades prisionais | 572 |
| 2.1.1. | Os regimentos internos das unidades prisionais..... | 574 |
| 2.2. | Natureza jurídica das normas que regem a execução penal..... | 576 |
| 3. | O JUIZ NATURAL DA EXECUÇÃO PENAL | 577 |
| 3.1. | A competência definida na LEP e em outros diplomas legais | 577 |
| 3.2. | A criação dos Departamentos Estaduais de Execução Criminal (DEECRIMs) no Estado de São Paulo | 580 |
| 3.3. | Panorama histórico da competência para a execução da pena de multa. Os reflexos do julgamento da ADIn nº 3150/DF e a alteração implementada no art. 51 do CP pela Lei 13.964/19..... | 582 |
| 4. | O INÍCIO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL..... | 587 |
| 4.1. | O início por impulso oficial e o alcance da legitimidade ativa do art. 195 da LEP..... | 587 |
| 4.2. | As guias de recolhimento, de internação e de tratamento ambulatorial e a Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça..... | 590 |
| 4.3. | Execução definitiva e execução provisória | 593 |
| 4.3.1. | Impactos do provimento ao recurso ministerial na execução provisória..... | 602 |
| 4.4. | Detração | 604 |
| 4.4.1. | Detração com base em prisões cautelares cumpridas em processos distintos | 608 |
| 4.4.2. | Detração do período de recolhimento domiciliar noturno..... | 609 |
| 4.4.3. | Dedução do tempo de cumprimento da pena alternativa na pena privativa de liberdade e vice-versa (detração anômala)..... | 612 |
| 4.4.4. | Detração e prescrição..... | 614 |
| 4.5. | Inviolabilidade da coisa julgada e alterações factíveis pelo juízo das execuções..... | 615 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 4.5.1. | Possibilidade de reconhecimento da reincidência pelo juízo da execução penal..... | 618 |
| 5. | OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL..... | 620 |
| 5.1. | Noções introdutórias. Acesso a benefícios e a lógica da execução penal | 620 |
| 5.2. | O requisito objetivo (ou temporal). O conceito de data-base..... | 621 |
| 5.3. | O requisito subjetivo (mérito). O boletim informativo e o exame criminológico..... | 622 |
| 5.3.1. | O exame criminológico, a Lei 14.843/24 e a aparente obrigatoriedade da prova pericial para a análise dos pleitos de progressão de regime | 627 |
| 5.3.2. | Faltas disciplinares | 629 |
| 5.3.3. | O procedimento administrativo disciplinar (PAD)..... | 630 |
| 5.3.4. | Sanções administrativas, regime disciplinar diferenciado (RDD), prazos de reabilitação das faltas disciplinares e sanções de aplicação exclusiva pelo juiz das execuções | 636 |
| 5.3.5. | O prazo prescricional das faltas disciplinares..... | 640 |
| 5.3.6. | Entendimentos jurisprudenciais relevantes sobre a tipicidade de faltas disciplinares | 643 |
| 5.3.6.1. | Atos cometidos por visitantes cadastrados..... | 643 |
| 5.3.6.2. | Apreensão de componentes de aparelho de telefone celular | 645 |
| 5.3.6.3. | Violação de perímetro de saída temporária detectado por sistema de monitoramento eletrônico | 646 |
| 5.3.6.4. | Necessidade de juntada do auto de constatação no caso de falta disciplinar envolvendo a apreensão de entorpecentes | 648 |
| 5.3.6.5. | Utilização de aparelho celular durante o trabalho externo.. | 649 |
| 5.4. | Remição..... | 650 |
| 5.4.1. | A perda de dias remidos decorrente de condenação por falta disciplinar grave..... | 657 |
| 5.4.2. | Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça e a sua substituição pela Resolução nº 391/21..... | 659 |
| 5.4.2.1. | Remição por aprovação no ENCCEJA ou ENEM..... | 660 |
| 5.4.2.2. | Remição pela leitura..... | 661 |
| 5.4.3. | Remição com base em trabalho ou estudo realizados em execuções distintas..... | 664 |
| 5.4.4. | Remição e pandemia da Covid-19: o Tema 1120 do STJ | 665 |
| 5.5. | Progressão de regime..... | 668 |

| | | |
|------------|--|-----|
| 5.5.1. | Considerações iniciais e inovações implementadas pela Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019..... | 668 |
| 5.5.2. | Requisitos objetivos (ou temporais) e a aplicação da Lei 13.964/19 no tempo..... | 670 |
| 5.5.2.1. | A nova abordagem legislativa sobre a reincidência e os impactos no requisito objetivo para a progressão de regime. Uma proposta de classificação das novas modalidades de reincidência valoráveis na fase da execução penal..... | 673 |
| 5.5.2.1.1. | A redação do art. 112, inciso VII, da LEP, comparada com os demais incisos que preveem hipóteses de reincidência..... | 678 |
| 5.5.2.1.2. | Tabela intertemporal das hipóteses de repercussão da reincidência na execução penal..... | 684 |
| 5.5.2.1.3. | Tabela não intertemporal de aplicação do art. 112 da LEP..... | 685 |
| 5.5.2.1.4. | Tabela com situações especiais..... | 686 |
| 5.5.2.2. | O termo inicial ou data-base da contagem das frações de progressão de regime e a natureza declaratória da decisão que defere o benefício..... | 688 |
| 5.5.2.3. | Interrupção da contagem do tempo cumprido pela condenação por falta grave..... | 692 |
| 5.5.2.4. | Definição da data-base no caso de soma ou unificação de penas (art. 111 da LEP)..... | 693 |
| 5.5.3. | Progressão especial de regime (art. 112, §3º, da LEP)..... | 695 |
| 5.5.4. | Regras de vedação à progressão de regime..... | 698 |
| 5.5.4.1. | Progressão de regime e crimes praticados contra a administração pública..... | 698 |
| 5.5.4.2. | Progressão de regime em condenações por crime de organização criminosa..... | 700 |
| 5.5.4.3. | Progressão de regime e cumprimento da pena de multa cumulativamente imposta..... | 700 |
| 5.5.5. | Aplicação prática da Súmula Vinculante nº 56..... | 701 |
| 5.5.6. | Quadro sinóptico das hipóteses de progressão e regressão de regime... | 703 |
| 5.6. | Livramento condicional..... | 704 |
| 5.6.1. | Considerações iniciais e inovações implementadas pela Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019..... | 704 |
| 5.6.2. | Requisitos legais..... | 704 |
| 5.6.2.1. | Requisitos objetivos..... | 705 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 5.6.2.2. | Requisitos subjetivos | 708 |
| 5.6.3. | Condições..... | 713 |
| 5.6.4. | Período de prova, hipóteses de revogação e a Súmula 617 do STJ | 714 |
| 5.6.5. | Regras de vedação ao livramento condicional | 718 |
| 5.6.5.1. | O artigo 83, inciso V, do CP, e as novas hipóteses de vedação ao livramento previstas nos incisos VI, “a” e VIII do art. 112 da LEP | 718 |
| 5.6.5.2. | A regra de vedação do artigo 44, parágrafo único, da Lei de Drogas | 721 |
| 5.6.5.3. | Livramento condicional em condenações por crime de organização criminosa | 722 |
| 5.7. | Indulto e comutação | 722 |
| 5.7.1. | Considerações iniciais e reflexos do Pacote Anticrime na concessão do indulto e da comutação..... | 722 |
| 5.7.2. | Limitações à discricionariedade do Presidente da República na edição dos Decretos de indulto e comutação | 725 |
| 5.7.3. | Requisitos objetivos..... | 728 |
| 5.7.3.1. | Requisitos objetivos para o indulto e a comutação e particularidades do Decreto 9.246/17..... | 732 |
| 5.7.3.2. | Requisitos objetivos para o indulto e a comutação e particularidades do Decreto 9.370/18..... | 735 |
| 5.7.3.3. | Requisitos objetivos para o indulto e a comutação e particularidades do Decreto 10.189/19..... | 737 |
| 5.7.3.4. | Breves apontamentos sobre o Decreto de indulto natalino nº 11.302/22 | 738 |
| 5.7.3.5. | Breves apontamentos sobre o Decreto de indulto natalino 11.846/23 | 741 |
| 5.7.4. | Peculiaridades do requisito objetivo para indulto e comutação no caso de execuções por crime comum e crime hediondo..... | 743 |
| 5.7.5. | Requisitos subjetivos..... | 744 |
| 5.7.5.1. | Faltas disciplinares graves praticadas antes e depois da edição do Decreto de indulto e comutação | 745 |
| 5.7.5.2. | Outros requisitos subjetivos..... | 746 |
| 5.7.6. | Exigência de parecer do Conselho Penitenciário para a análise do indulto ou comutação | 748 |
| 5.7.7. | Indulto da pena de multa | 750 |
| 5.8. | Saída temporária | 750 |
| 5.8.1. | A Lei 14.843/24, o veto, a derrubada ao veto e a ADIn nº 7663 | 750 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| 5.8.2. | A natureza jurídica da norma que extinguiu as saídas temporárias.... | 754 |
| 5.8.3. | Considerações iniciais e alterações implementadas pela Lei 13.964/19 e pela Lei 14.843/24..... | 756 |
| 5.8.4. | Competência e a (im)possibilidade do deferimento de saídas temporárias em bloco ou automatizadas..... | 758 |
| 5.8.5. | Hipóteses de cabimento, condições judiciais e prazos de duração | 760 |
| 5.8.6. | Requisitos | 766 |
| 5.8.7. | Causas de revogação | 769 |
| 5.9. | Fluxograma da análise de benefícios executórios pelo promotor de justiça.... | 772 |
| 5.10. | Agravo em execução penal | 775 |
| 5.10.1. | Procedimento..... | 777 |
| 5.10.2. | Sugestões de modelo de agravo em execução sobre temas de interesse recursal do Ministério Público..... | 778 |
| 5.10.2.1. | Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que não reconhece a reincidência no processo de execução..... | 778 |
| 5.10.2.2. | Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que julga procedimento de falta disciplinar grave sem prévia manifestação do Ministério Público | 781 |
| 5.10.2.3. | Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que defere remição por leitura | 782 |
| 5.10.2.4. | Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que absolve o executado de falta disciplinar grave, no caso de violação do perímetro definido para saída temporária, constatado por sistema de monitoração eletrônica | 785 |
| 5.10.2.5. | Sugestão de modelo de agravo em execução contra decisão que determina a suspensão da pena alternativa imposta antes do trânsito em julgado da pena privativa de liberdade, entendendo ser a primeira superveniente, com imposição de suspensão de sua execução ao invés de reconversão e soma à pena privativa executada (parte final da tese fixada no TEMA Nº 1106 STJ – vide subitem) | 787 |

CAPÍTULO VI – A ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA NA INFÂNCIA E JUVENTUDE..... 791

| | | |
|------|------------------------------------|-----|
| 1. | INTRODUÇÃO..... | 791 |
| 2. | CONFLITO COM A LEI | 792 |
| 2.1. | Criança em conflito com a lei..... | 792 |

| | |
|--|-----|
| 2.2. Adolescente em conflito com a lei | 792 |
| 2.2.1. Fase preliminar | 793 |
| 2.2.1.1. Fase preliminar policial..... | 793 |
| 2.2.1.2. Fase preliminar ministerial..... | 795 |
| 2.2.2. Fase judicial..... | 806 |
| 2.2.2.1. Recebimento da representação | 806 |
| 2.2.2.2. Audiência de apresentação | 806 |
| 2.2.2.3. Defesa | 806 |
| 2.2.2.4. Audiência em continuação | 807 |
| 2.2.2.5. Intimação da sentença..... | 811 |
| 2.2.2.6. Recursos..... | 811 |
| 2.2.2.7. Fluxograma do procedimento para apuração de ato infracional..... | 813 |
| 2.2.2.8. Quadro de prazos | 816 |
| 3. SITUAÇÃO DE RISCO | 816 |
| 4. QUESTÕES DE CONCURSOS | 821 |